

**6tas. Jornadas Uruguayas de Historia Económica
Simposio Equidad de Género, estructuras familiares y desarrollo**

Na perspectiva da geografia feminista do século XXI, os estudos teóricos e empíricos sobre trabalho remunerado estão fora de moda?

Susana Maria Veleda da Silva. Professora de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande/RS – Brasil - susanasilva@furg.br

Resumo

A presença das mulheres no mundo do trabalho remunerado e assalariado está marcada pelas atividades exercidas no trabalho reprodutivo - os serviços domésticos ligados a higiene, a alimentação e ao vestuário. A inserção representa a condição histórica em que o gênero no modo de produção capitalista é fator determinante para a participação de mulheres e de homens em determinadas ocupações. Na Europa, na década de 1980, o olhar feminista para geografia do trabalho se destacava na produção da ativista intelectual, feminista e socialista, Doreen Massey, que explicava a opressão e a exploração a partir da crítica ao patriarcado e ao capitalismo. A partir de 1990, a geografia feminista adotava explicações de cunho cultural, envolvendo questões subjetivas da corporalidade, que explicavam, através das identidades de gênero ou sexuais, as oportunidades, as opressões ou desigualdades no mundo do trabalho.

Na segunda década do século XXI os estudos sobre a temática do trabalho na geografia a partir da perspectiva das relações sociais de gênero com enfoque na exploração e opressão das trabalhadoras, sofrem um decréscimo. Uma das explicações esta relacionada a constatação no mundo ocidental e em especial nos países centrais que, em termos absolutos, os indicadores demográficos, sociais e econômicos indicam que as mulheres conquistaram muitas das antigas reivindicações das quatro décadas passadas. Contudo, no mundo do trabalho não remunerado, na esfera doméstica, as mulheres continuam trabalhando mais horas semanais que seus companheiros e na esfera pública, o trabalho remunerado exercido pelas mulheres ainda está concentrado em guetos femininos com subvalorização social e econômica.

Do exposto, o objetivo é contribuir com o debate sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho remunerado e assalariado e refletir sobre os limites e as possibilidades que os estudos sobre a questão trabalho feminino impõem sobre a busca pela equidade de gênero.

Palavras chave: estudos, geografia feminista, trabalho, gênero, patriarcado

Introdução¹

No Brasil, a participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado, exercido majoritariamente no espaço público, embora não seja recente, cresceu muito nos últimos quarenta anos. O crescimento da presença das mulheres na população economicamente ativa significa mudanças importantes, mas não necessariamente, um equilíbrio de oportunidades entre os sexos no que se refere as condições e as relações de e no trabalho. Condições e relações originadas em uma mentalidade patriarcal² que, fundadas em concepções essencialistas biológicas e/ou culturais, repartem o trabalho produtivo e reprodutivo entre os sexos a partir das relações sociais de poder: as relações patriarcais de gênero.

Partindo da concepção de que é necessário utilizar categorias analíticas dentro do marco político e teórico feminista, considero que pesquisadores(as) da geografia do trabalho ainda necessitam estudar a situação das trabalhadoras a partir de categorias de base materialista, que considerem a opressão e a exploração que as submetem.

Entendemos a opressão como uma relação de submetimento de um grupo por outro por razões de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual e culturais, entre outras. A opressão coloca um grupo, no caso as trabalhadoras, em desvantagem em relação aos trabalhadores. A exploração, como elemento constitutivo do modo de produção capitalista, refere-se a venda do trabalho excedente para os detentores dos meios de produção. As trabalhadoras estão submetidas a relações entre classe que promovem a exploração. O pertencimento de classe de uma pessoa delimitará os contornos da opressão, que se baseia em marcas sociais. Capitalismo e patriarcado se alimentam mutuamente e determinam o par exploração/opressão das trabalhadoras.

Para tanto, é fundamental conhecer a história dos movimentos feministas e a as suas relações com as ciências e a formulação de teorias, categorias e conceitos. Destacando a contribuição das geografias feministas e as categorias que auxiliam a geografia do trabalho, dentro do marco conceitual feminista, para estudar o trabalho feminino contemporâneo. Considero que teorias feministas de base materialista das décadas de 1960/70/80, ainda são atuais para responder as questões de exploração e opressão da classe trabalhadora feminina.

Para fins de exposição a concepção apresentada está decomposta em quatro itens que estão dialeticamente relacionados. Na primeira parte apresento um breve panorama sobre movimentos feministas no Brasil e, na segunda, um pouco sobre as geografias feministas. Na terceira discorro sobre conceitos radicais para estudar o trabalho feminino e por último apresento algumas considerações, refletindo que, estudar o trabalho feminino para eliminar a exploração e a opressão não está fora de moda.

¹ Partes do texto foram publicadas em Veeda da Silva, Susana Maria. “A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão”. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 4, n. 2. p. 106-117, 2013.

² Sobre mentalidade patriarcal ver o artigo de Heleieth Saffioti (2000): Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?

1) Breve panorama sobre movimentos feministas no Brasil e a contribuição para as ciências humanas e sociais

Os movimentos feministas no Brasil acompanharam a busca pelo sufrágio universal do século XIX e, até meados dos anos de 1950, as lutas de operárias anarquistas e socialistas por igualdade no mundo do trabalho estiveram presentes, ainda que em menor número do que as lutas de operários. Importante destacar a anarquista Maria Lacerda de Moura (1887-1945), mulher ímpar, que desafiou o movimento operário denunciando a posição subalterna das mulheres no movimento.

Nos anos de 1960 e 1970, diversos movimentos sociais, entre eles os feministas, influenciaram a produção acadêmica das ciências humanas e sociais. Nestas décadas os movimentos sociais aliaram-se a movimentos políticos mais amplos no combate a ditadura vigente no país (1964-1986) e nas reivindicações ligadas a situação das mulheres na política, no mundo do trabalho e na vida cotidiana. Os movimentos das mulheres contribuíram para importantes conquistas, desde aquelas relativas a lutas por aumento de salários e por salários iguais para iguais trabalhos, como aquelas relativas a políticas públicas na esfera da educação, como a construção de creches e na esfera do saneamento básico e da saúde reprodutiva e infantil.

Em 1985 o governo federal criou o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) vinculado ao Ministério da Justiça. Dez anos depois da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em estabelecer o ano de 1975, como Ano Internacional da Mulher e o período de 1975-85 como a Década da Mulher. Na década de 1980, o Brasil passa por um processo de redemocratização que culmina com a implementação da Constituição Federal em 1988. A chamada “constituição cidadã”, representa parte dos anseios da sociedade progressista brasileira no que se refere aos direitos humanos fundamentais e as mulheres – feministas ou não – tiveram ampla participação na elaboração desta carta magna. Tanto os movimentos de mulheres como as constituintes – denominadas “lobby do batom”³ tiveram uma participação fundamental neste processo.

Nos anos noventa, a luta feminista se dispersa e se institucionaliza a partir da criação de organizações não governamentais que participam de encontros nacionais ou internacionais ampliando o leque de discussões em temas como igualdade/diferença, meio ambiente e violência doméstica.

No século XXI, a influência dos movimentos feministas se faz presente institucionalmente. Como por exemplo, em 2003, através de medida provisória, o governo brasileiro implementou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM participa ativamente das políticas públicas relativas as questões das mulheres e através de editais de fomento, impulsiona a pesquisa feminista e estudos interessados em mostrar as desigualdades de gênero e em propor alternativas práticas e políticas públicas que mitiguem estas desigualdades.

³ Em 1987 foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte com 559 congressistas. A "bancada feminina" era composta de 26 mulheres. Em 2012 a Câmara de Deputados tem 512 parlamentares, destes, 40 são mulheres (ver <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa>). A participação das mulheres cresceu de apenas 4,65% em 1987 para 7,8% em 2012. Em 1987 o Senado Federal contava com 99 Senadores e duas Senadoras e, em 2012, dos 81 senadores, 9 são mulheres. A participação das mulheres no Senado Federal cresceu de 1,98% em 1987 para 11,1% em 2012 (ver <http://www.senado.gov.br/senadores/>).

Para a geografia do trabalho é importante conhecer também as parcerias da SPM com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que entre outras instituições fomentam ações em prol do trabalho decente⁴, incluindo a igualdade salarial entre mulheres e homens e de condições para exercer uma profissão. Estas instituições também contribuem com a coleta e sistematização de dados quantitativos sobre o mundo do trabalho remunerado e não remunerado utilizando as variáveis de sexo, idade, cor da pele, entre outras, contribuindo para o entendimento a partir de generalizações nas diferentes escalas nacionais.

Em 2015, o início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2015-2018) é acompanhado por uma crise econômica e política que provoca reajustes no governo federal e nos estaduais e que atingem os ministérios e as secretarias. As reformas ministeriais atingem a SPM e a SEPPIR, unidas na pasta Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos⁵. O retrocesso das conquistas de 2003 é acompanhado por uma onda conservadora e/ou religiosa que assola parte da sociedade brasileira, instigada principalmente, pela bancada religiosa do Congresso Nacional⁶. As ações conservadoras fragilizam a laicidade do Estado e atingem principalmente as questões ligadas aos novos arranjos familiares, as orientações sexuais, a descriminalização do aborto e a luta contra a violência dirigida às mulheres, aos homossexuais e a outros grupos que sofrem discriminações. Paralelo a isso a sociedade civil progressista, os movimentos feministas, antirracistas, LGBTTs se organizam em manifestações e moções de repúdio aos projetos reacionários e fascistas⁷.

Sobre a relação entre os movimentos feministas e a academia, posso dizer que inicia no final dos anos de 1970 e toma corpo a partir da década de 1980 e passa pela militância de pesquisadoras (es) que trazem para as ciências humanas e sociais uma renovação de conceitos e paradigmas. A perspectiva feminista aparece com força principalmente nas áreas da Educação, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Enfermagem, Literatura e História. Conceitos como trabalho, patriarcado, família e divisão sexual do trabalho são resignificados a partir das teorias feministas que se embasam na psicanálise, no marxismo, no pós-estruturalismo e a partir dos anos de 1980, os estudos das relações de gênero, os estudos culturais, os estudos pós-coloniais, a teoria *queer* entre outros. E a geografia brasileira?

2) Um pouco de geografias feministas

A incorporação da perspectiva feminista na geografia brasileira é consequência do engajamento político feminista de algumas geógrafas (os) que se inspiram nos estudos

⁴ Sobre o conceito de trabalho decente ver Organização Internacional do Trabalho (OIT): <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/oit/>.

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html> Acesso em 14/11/2015.

⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> Acesso em 14/11/2015.

⁷ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-11-12/mulheres-se-reunem-mais-uma-vez-no-centro-contra-eduardo-cunha.html> Acesso em 13/11/2015.

de geógrafas(os) e não geógrafas(os) europeus e estadunidenses que vêm trabalhando desde a década de 1970, as questões socioespaciais a partir desse enfoque.

Estes primeiros estudos como os de Zelinsky (1973), de Hanson e Monk (1982) e de Garcia Ramon (1989) objetivam dar visibilidade as mulheres: a metade da população até então ignorada pela geografia.

Em 1982 geógrafas(os) britânicas fundam o *Women and Geography Study Group* (WGSG) e em 1984 publicam o livro *Geography and Gender* que define a geografia feminista como

(...) uma geografia que de forma explícita considera a estrutura de gênero da sociedade e assume um compromisso com o objetivo de atenuar a curto prazo as desigualdades baseadas no gênero e eliminá-las a longo prazo através da transformação / mudança social (WGSG, 1984, p. 21)⁸.

Geógrafas(os) feministas passam a questionar a cultura ocidental patriarcal e androcêntrica, a ciência e a epistemologia, propondo novos enfoques teóricos e metodológicos (Mcdowell, 1992). Amplia-se a concepção de que a ciência está contaminada pela visão masculina do mundo, não somente nas teorias, mas nos conceitos e nos métodos de investigação (Harding, 1993). Argumenta-se que a visão masculina está, também, nas perguntas e na interpretação dos resultados. É preciso denunciar a suposta neutralidade e universalidade da geografia no que se refere ao sexo e ao gênero.

Uma contribuição fundamental para a geografia do trabalho de viés feminista é a produção das geógrafas britânicas Doreen Massey e Linda McDowell. A primeira, dinâmica ativista intelectual que se denomina feminista socialista (Albet e Benach, 2012), produziu em sua vasta obra acadêmica e política três textos que destaco como leituras obrigatórias para quem quer pesquisar o mundo do trabalho: (1) o *Spatial Divisions of Labour* de 1984, livro em que traz a concepção feminista para, pioneiramente, mostrar o processo social que começava nos anos de 1980, com a substituição do trabalho masculino de pleno emprego para trabalhos femininos a tempo parcial, tendo como consequência a exploração e a precarização da classe trabalhadora como um todo; (2) o artigo *Flexible sexism* de 1991, uma crítica a David Harvey e Edward Soja que, em suas obras então recém publicadas (*The Condition of Postmodernity*, 1989 e *Postmodern Geographies*, 1989, respectivamente), foram segundo Massey profunda e inconscientemente sexistas e desconsideraram os movimentos feministas e suas pautas de reivindicações (Albet e Benach, 2012); (3) em 1994, escreve o *Space, Place and Gender*, em que mostra seu comprometimento com o feminismo como uma relação direta entre sua produção acadêmica e sua vida pessoal.

De Linda McDowell, destaco quatro produções acadêmicas. As três primeiras a geógrafa comparte edição e a última é um livro de sua autoria: (1) em 1992, edita, com Pringle, *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, o livro apresenta um capítulo dedicado ao trabalho, que se divide em duas partes: *Defining work e Gender and wage labour* com cinco artigos cada; (2) em 1997, edita *Space, Gender, knowledge*, como cinco artigos sobre Gendering Work; (3) em 1999, edita *A*

⁸ Tradução livre da autora.

Feminist Glossary of Human Geography com verbetes sobre trabalho e, (4) em 2009 publica o livro *Working Bodies. Interactive service employment and workplace identities*. Neste livro, McDowell trata de corpos e trabalho e das divisões de gênero do trabalho. Retomando a concepção de que o lugar importa (*Geography Matters!*)⁹, afirma que existe uma visível divisão espacial do trabalho e, intelectuais feministas também têm demonstrado como os conjuntos de atributos sociais, que são mapeados em corpos generificados, tornam-se fundamentais na construção de divisões de trabalho e em avaliações de cunho hierárquico (2009:14).

Nos últimos vinte e quatro anos, geógrafas(os) brasileiras(os) realizam estudos pontuais sobre o mundo do trabalho (rural ou urbano) incluindo mulheres e/ou relações de gênero. Cumprindo a função de dar visibilidade as trabalhadoras, Rosa Ester Rossini (1988), pesquisa sobre relações de trabalho das operárias da indústria têxtil em São Paulo e das trabalhadoras do cultivo da cana de açúcar e introduz o tema no final de 1980.

Nos anos de 1990, sem abandonar a temática do trabalho os estudos introduzem novos temas como as questões urbanas, a saúde, os movimentos migratórios e os direitos reprodutivos. Destaco a tese de Sonia Calió (1991), que introduz uma discussão teórica sobre as relações de gênero que não aparecia nos trabalhos anteriores. O fato de mostrar o papel das mulheres nos espaços urbanos foi um importante passo para a geografia no que tange à perspectiva feminista (Veleda da Silva, 2007).

No século XXI os estudos, antes concentrados nas região Sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, ampliam-se para outras regiões do país (Sul, Nordeste, Norte e Centro Oeste) e indicam um importante crescimento e uma maior diversificação de temáticas, como exclusão social, novas tecnologias, assentamentos rurais e sindicatos. As questões socioambientais ligadas a atuação de mulheres em comunidades ou associações é um tema que começa a despontar principalmente na região Norte e Nordeste do país, bem como os temas sobre sexualidades, religiões e masculinidades tratados a partir de uma ótica pós-estruturalista, de estudos culturais e da teoria *queer* (Silva, J. M. 2009; Ornat, 2012)¹⁰.

Portanto é cabível afirmar que há mais de vinte anos a geografia brasileira conta com contribuição dos estudos feministas, desde a incorporação de metodologias qualitativas (Garcia Ramon, 1989) a introdução de conceitos e categorias comprometidos e situados num marco teórico feminista (Massey, 1994; McDowell, 1999, 2009).

No Rio Grande do Sul, pesquiso sobre as trabalhadoras a partir de estudos com base no feminismo radical, considerando as relações patriarcais de gênero (Veleda da Silva, 2009; 2011; 2013; 2015; Velleda da Silva e Cardoso, 2008; Velleda da Silva, Almeida e Teixeira, 2013; Velleda da Silva e Spolle, 2014)

A seguir apresento uma breve discussão sobre algumas possibilidades para se estudar a geografia do trabalho desde o feminismo de base material e radical.

⁹ Livro editado por Doreen Massey e John Allen em 1984.

¹⁰ Um panorama não exaustivo da produção acadêmica de estudos de gênero ou feministas na geografia brasileira para o período pode ser visto em Velleda da Silva, 2007 e 2009.

Possibilidades que foram o foco dos estudos sobre trabalho nos anos de 1970 e 1980, mas que perderam espaço para estudos da diferença, pós-estruturalistas, entre outros.

3) Conceitos radicais para estudar o trabalho feminino

a) Patriarcado e capitalismo: o trabalho produtivo remunerado das mulheres

O uso da teoria do patriarcado como possibilidade de explicação universal da opressão e da subordinação das mulheres tem sido questionado pelos estudos feministas através de concepções teóricas e conceituais divergentes. Nas décadas de 1970 e 1980 a abordagem marxista, questionada por feministas socialistas, que consideravam que apenas as lógicas do mundo do trabalho no capitalismo não explicavam a situação das mulheres. Porém, a aliança entre o patriarcado e o capitalismo explicada em um sistema dual, poderia acabar com o “matrimônio infeliz” entre as duas teorias. Assim, o marxismo tradicional e o feminismo radical poderiam se beneficiar mutuamente (Hartmann, 1980). Para a autora, o patriarcado tem uma base material. Nesta base, um conjunto de relações sociais entre os homens, hierárquica ou não, estabelece ou cria interdependência e solidariedade entre eles e os coloca em situação de dominar as mulheres. Iris Young (1981) contesta a concepção de um sistema dual e afirma que patriarcado e capitalismo são sistemas de dominação que interatuam e se alimentam de modo que garantem a opressão e subordinação da classe trabalhadora e das mulheres. O fundamento do patriarcado é o controle do trabalho das mulheres que as exclui do acesso aos recursos produtivos, o que coloca as relações patriarcais intrínsecas das relações de produção.

A concepção universal do conceito de patriarcado se reforça na incorporação da psicanálise no discurso feminista. Mitchell (1975) considera que o patriarcado é uma estrutura ideológica universal, ainda que cada modo de produção o expresse em formas diferentes. O entendimento a-histórico do patriarcado foi questionado tanto por feministas radicais como as que apostavam nas teorias pós-estruturalistas e pós-modernas (WGSG, 1997). Entende-se que este universal é produzido historicamente e geograficamente e, portanto, o conceito é relativo e pauta a própria agenda de ação quando é considerado com uma noção ampliada de poder e de política. Coaduna-se, com Massey (2004) quando considera que o poder relacional produz espaços relacionais, em uma perspectiva em que o privado também é político. Assim, a opressão das mulheres tem, também, bases culturais. O uso da categoria gênero para rechaçar as atribuições concedidas pelo patriarcado através do processo de naturalização da opressão masculina se alia a necessidade de explicar que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção e a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação (Young, 1981). Assim, a divisão sexual do trabalho com origem na história da humanidade reproduz e mantém o capitalismo e a subordinação das mulheres.

Nos limites da teoria marxista tradicional a emancipação das mulheres viria com a eliminação da propriedade privada e com a sua efetiva incorporação ao trabalho produtivo, porém a relação entre o aumento da participação feminina no trabalho remunerado não se traduz em imediata emancipação, pois depende do tipo de trabalho e da remuneração, bem como do tipo de participação que desempenham no trabalho reprodutivo, e como o compartilham com o(a) companheiro(a) ou outros membros da família. A presença das mulheres no trabalho produtivo e remunerado está marcada pelas atividades exercidas e apreendidas no trabalho reprodutivo

realizado no espaço doméstico especialmente nos ligados com a higiene, limpeza, de assistência aos filhos e aos idosos e a alimentação. A situação representa a condição histórica em que o gênero, entendido como uma construção social do feminino e do masculino, é fator determinante para a participação de mulheres e de homens em determinadas ocupações, constituindo-se na divisão sexual do trabalho. Historicamente, as mulheres ocuparam empregos nos setores de serviços e na indústria têxtil, de vestuário e de fabricação de alimentos e, a partir da década de 1970, por exemplo, na indústria microeletrônica, indicando uma constante segmentação por sexo da força de trabalho (Elson e Pearson, 1981; McDowell e Pringle, 1992; McDowell e Sharp, 1997).

A segmentação do trabalho por sexo é hierárquica e conduz a desvalorização do trabalho feminino refletida na menor remuneração tanto em economias centrais como nas periféricas (Aoyama et al., 2012). O conceito de divisão do trabalho por gênero reforça a ideia de que, é trabalho toda a atividade realizada no espaço reprodutivo e no produtivo e que a designação por gênero é imprescindível para o capitalismo.

b) O conceito de divisão do trabalho por gênero

Iris Young propôs o conceito de divisão do trabalho por gênero como um marco analítico que considera as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular, a qual constitui-se num sistema único, em que a diferenciação de gênero é um atributo central (Young, 1992). Para a autora,

El análisis de la división del trabajo opera en el nivel más concreto de las relaciones particulares de interacción e interdependencia en el interior de una sociedad que la diferencia y convierte en una compleja red. Este análisis describe las divisiones estructurales más importantes entre los miembros de una sociedad según su posición en la actividad laboral, y evalúa el efecto de estas divisiones en el funcionamiento de la economía, de las relaciones de dominación y de las estructuras políticas e ideológicas (Young, 1992: 7).

A divisão de trabalho por gênero refere-se a toda diferenciação estruturada do trabalho em uma sociedade. No capitalismo, a divisão entre o trabalho reprodutivo, como as tarefas domésticas e os cuidados familiares designadas às mulheres, e o trabalho produtivo remunerado designado aos homens, fundamenta-se numa concepção patriarcal que reforça o *status* de dominação masculina através da importância do trabalho produtivo e da desvalorização do reprodutivo e explica o lugar das mulheres na produção. Existe um contrato oculto heteropatriarcal (Pateman, 1988) que sustenta a exploração do trabalho das mulheres.

Portanto, “o capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens” (Saffioti, 2000:73). O capitalismo se apropriou do trabalho das mulheres a partir da industrialização ao utilizá-las como força de trabalho nos setores que exigiam habilidades adquiridas no espaço reprodutivo que passaram a ser desvalorizadas. Uma parte das mulheres se transformou em assalariadas e foi incorporada em condição secundária na classe trabalhadora, uma vez que a função principal do gênero feminino estava baseada na sua função reprodutiva.

O efeito positivo desta incorporação se traduz na liberdade de escolha em relação a profissão. O capitalista necessita de trabalhadores qualificados e as mulheres que aumentam o número de anos de estudos formais, postergam uniões conjugais e a maternidade, diminuem o número de filhos e tomam consciência de seus direitos, lutando por emancipação política e por melhores condições de trabalho.

Nos últimos três séculos, a incorporação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho hegemônico pelas relações assalariadas foi seletiva. O capitalismo que pode proporcionar as ferramentas para a luta contra a opressão feminina ao mesmo tempo, utiliza a divisão de trabalho por gênero para perpetuar o lucro e a desvalorização do trabalho das mulheres.

A divisão sexual do trabalho (DST), como toda relação social, é dinâmica. A passagem do processo de acumulação fordista para a acumulação flexível reestruturou e precarizou o mundo do trabalho. Lembro que:

O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens. A realidade social é contraditória, comportando avanços e retrocessos (Saffioti, 2000, p. 73).

A incorporação das mulheres no trabalho remunerado, através do emprego, modifica ideias construídas social e culturalmente ao longo do tempo. Portanto as análises do acesso ao trabalho remunerado devem conter fatores que incorporem as mudanças (quantitativas e qualitativas) relacionadas com produção/reprodução, com a incorporação da força de trabalho feminina, com a expansão de novas e velhas formas de trabalho; com os movimentos feministas e sociais; com as políticas públicas de desenvolvimento; com o aumento da escolaridade das mulheres e com as transformações demográficas e culturais.

Aponto que se por um lado os estudos sobre a temática do trabalho a partir da perspectiva da geografia de gênero refletem o número cada vez maior de mulheres incorporando o mundo do trabalho produtivo e assumindo, como provedoras os encargos econômicos da família¹¹. Estudos indicam que a renda *per capita* destas famílias é baixa¹² demonstrando a necessidade de que se pesquise este novo arranjo familiar a partir da geografia econômica, urbana, agrária e/ou da população incorporando a perspectiva feminista. Por outro lado, está aumentando o número de homens que assumem tarefas domésticas do trabalho reprodutivo. Entendo que gênero e DST podem, em conjunto com teoria do patriarcado contribuir sobremaneira para se explicar o mundo do trabalho, seja no espaço urbano ou agrário.

¹¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2000 apontou que 24,9% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres, em 2009 este número passou para 35,17%.

¹² Ver Veleda da Silva e Cardoso (2008). Feminização do mercado de trabalho: as mulheres chefes de família em Rio Grande/Brasil. Ver Veleda da Silva (2011). Mulheres e trabalho: as (i) mobilidades dos estigmas. Projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4) Considerações finais: estudar o trabalho feminino para eliminar a exploração e a opressão

O feminismo, independente das correntes teóricas ou ideológicas, é um projeto político comprometido com as mudanças sociais e orientado para a conquista da igualdade humana. Nesse sentido expõe as desigualdades de gênero e mostra como as relações são marcadas por relações desiguais entre mulheres e homens.

As teorias dão sentido e tornam visíveis um conjunto de fenômenos aparentemente heterogêneos e dispersos, assim, a teoria feminista como teoria crítica não é um todo homogêneo nem acumulativo, pois tematiza os diferentes fenômenos através de diferentes paradigmas.

Puleo (1993) sugere que o feminismo radical se consolida através de seis elementos: (1) o uso do conceito de patriarcado como uma regra universal que dá especificidade à agenda militante das mulheres. Entendo que este universal é produzido histórica e geograficamente e, portanto o conceito é relativo e pauta a própria agenda; (2) uma noção ampliada de poder e de política. Considero o poder relacional que (re)produz espaços relacionais (MASSEY, 2004) em uma perspectiva em que o privado também é político; (3) o uso da categoria gênero para rechaçar as atribuições concedidas pelo patriarcado através do processo de naturalização da opressão masculina; (4) uma análise da sexualidade que leva a uma crítica da heterossexualidade compulsória; (5) a denúncia de violência patriarcal incluindo mas não limitado a violência sexual; (6) finalmente, uma sociologia do conhecimento crítica do androcentrismo em todos os campos, incluindo a ciência.

Entendo que a proposta do feminismo radical enquanto teoria e práxis ainda é uma proposta explicativa fundamental para a geografia do trabalho e não está fora de moda. Ainda que não seja a única proposta teórica e possa ser enriquecida com as concepções antiessencialistas do pós-estruturalismo que já a muito desmontaram a ideia de um sujeito único e introduziram a concepção das múltiplas identidades.

A geografia do trabalho ao utilizar a perspectiva feminista radical, pode evidenciar a opressão e a exploração das trabalhadoras e, o estudo e o debate sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho remunerado e assalariado contribui na busca pela equidade de gênero. Portanto, considero que os estudos teóricos e empíricos sobre trabalho remunerado feminino não estão fora de moda!

Referências

ALBET, Abel. e BENACH, Nuris (2012). *Doreen Massey. Un sentido global del lugar*. Barcelona: Icària - Espacios Críticos.

AOYAMA, Y. et al. (2012). *Key Concepts in Economic Geography*. Los Angeles/London: Sage.

CALIÓ, Sonia (1991). *Relações de gênero na cidade: Uma contribuição do pensamento feminista a Geografia Humana*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo.

ELSON, D. e PEARSON, R. (1981). Nimble fingers” Make Cheap Workers’: an Analysis of Women’s Employment in Third World Manufacturing. *Feminist Review*. 7: 87-107.

GARCIA RAMON, Maria Dolors (1989). Para no excluir del estudio a la mitad del género humano. Un desafío pendiente en Geografía humana. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, v. 9. Madrid, p. 27-48.

HANSON, Susan (1992). Geography and feminism: worlds in collision? *Annals of the Association of American Geographers*. v. 82, n. 4, p. 569-586.

HANSON, Susan e MONK, Janice (1982). On not excluding half of the human in human geography. *Professional Geographer*, v. 34, p. 11-23.

HARTMANN, H. (1980), "Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo", in *Zona Abierta*, n. 24: 85-113.

HARVEY, D. (1992). *A condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

HARDING, Sandra (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista de Estudos Feministas*. v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: CIEC,.

MASSEY, Doreen (1984) *Spatial divisions of labour: social structures and the Geography of production*. Londres: Macmillan.

_____ (1991). Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, V. 9, n. 1, p. 31-37.

_____ (1994). *Space, place and gender*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2004). Geographies of Responsibility. *Geografiska Annaler*. 86, B (1), p. 5-18.

McDOWELL, Linda (1992). Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v.17, p. 399-416.

_____ (2009). *Working Bodies. Interactive service employment and workplace identities*. Londres: Wiley-Blackwell,.

McDOWELL, Linda e PRINGLE, R. (Eds.) (1992). *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*. Cambridge/Oxford (UK): Polity Press/ The Open University.

McDOWELL, Linda e SHARP, J. (Eds.) (1997). *Space, Gender, Knowledge. Feminist Readings*. Londres: Arnold,.

McDOWELL, Linda e SHARP, J. (Eds.) (1999) *A Feminist Glossary of Human Geography*. Londres: Arnold.

MITCHELL, J. (1975) *Psychoanalysis and Feminism*. New York: Vintage Book.

ORNAT, Marcio (2012). Espaços Interditos e a Constituição das Identidades Travestis através da Prostituição no Sul do Brasil. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 3 n.1, p. 54-73, jan./jul. 2012.

- PATEMAN, C. (1988). *The sexual contract*. Stanford University. Press.
- PULEO, Alicia (1993). *La Ilustración olvidada*, Barcelona: Anthropos.
- ROSSINI, Rosa (1988) *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo.
- SAFFIOTI, Heleieth (2000) Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Dossiê Crítica Marxista*, n. 11, p. 71-75.
- _____ (2004). *Gênero, patriarcado, violencia*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo
- SILVA, Joseli M. (Org.) (2009). *Geografias subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa /PR: Todapalavra.
- STUDY GROUP OF THE I.B.G. (WGSG). *Feminist Geographies. Explorations in Diversity and Difference*. (1997). London: Logman,
- VELEDA DA SILVA, Susana e CARDOSO, Adriana (2008). Relatório do projeto com Bolsa Iniciação científica CNPq. *Feminização do mercado de trabalho: as mulheres chefe de família em Rio Grande/Brasil*. Núcleo de Análises Urbanas. (NAU) /FURG.
- VELEDA DA SILVA, Susana (2009). A perspectiva feminista na Geografia brasileira. In: SILVA, J. M. (Org.). *Geografias subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa /PR: Todapalavra, p. 301-313.
- _____ (2013) A contribuição dos estudos de gênero para a compreensão da geografia do trabalho: uma pauta para discussão. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 4, n. 2. p. 106-117.
- _____ (2015) Relatório do Projeto “O Trabalho Feminino na Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL): diagnóstico e propostas de ações afirmativas no contexto de um mercado de trabalho emergente”. Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012.
- VELEDA DA SILVA, Susana (2011). Relatório do projeto financiado pelo CNPq. *Mulheres e trabalho: as (i)mobilidades dos estigmas*. Núcleo de Análises Urbanas (NAU) /FURG.
- VELEDA DA SILVA, Susana. e LAN, Diana (2007). Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. *BELGEO*, v. 3, s.n. p. 371-382.
- VELEDA DA SILVA, Susana Maria ; ALMEIDA, A. TEIXEIRA, J. (2012). Trabalho e moradia: o caso das áreas de expansão portuária do Porto do Rio Grande-RS. *RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise*, v. 26, p. 194-217,.
- VELEDA DA SILVA, Susana Maria; SPOLLE, Marcus (2014). O trabalho feminino nas fábricas de conserva pescado: a permanência de uma exploração laboral. *Scripta Nova*. Vol. XVIII, n. 464. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. [<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm>. 10/01/2014]

YOUNG, I. (1981). "Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory". En: SARGENT, Lydia (Ed.) *Women and revolution, a discussion to yhe unhappy marriage of marxismo and feminism*. Boston: South end Press: 43-69.

_____ (1992). "Marxismo y feminismo, más allá del "matrimonio infeliz" (una crítica al sistema dual)". *El cielo por asalto*. Año II, n. 4. Ot/Inv.

WOMEN AND GEOGRAPHY WOMEN AND GEOGRAPHY STUDY GROUP (WGSG) OF THE IBG. (1984) *Geography and Gender. An introduction to feminist geography*. Londres: Huckchison.

WOMEN AND GEOGRAPHY STUDY GROUP OF THE I.B.G. (WGSG). *Feminist Geographies. Explorations in Diversity and Difference*. (1997). London: Logman,

ZELINSKY, W. Women in Geography: a brief factual account. *Professional Geographer*, n. 25, 1973, p. 101-106.